



Parecer nº 185/2022 – CGM

PROCESSO Nº 9/2017-00120

MODALIDADE: Pregão Presencial

Contrato: 0358/2018

OBJETO: Contratação de serviços de transporte com motorista, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Governo.

Termo de Aditivo: 5º TA referente a prorrogação por igual período e valor e reajuste de Valor.

Valor: R\$ 28.928,05 (Vinte e oito mil novecentos e vinte e oito reais e cinco centavos) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.004.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Governo-SEMUG.

CONTRATADA: ST SERVICE LTDA.

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da



Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;
VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo."

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se do processo de formalização do 5º TA referente a prorrogação por igual período e valor e reajuste de valor do Contrato nº 358/2018, cujo objeto é a contratação de serviços de transporte com motorista, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Governo.

O Processo de Formalização do 5º TA terá valor global de R\$ 28.928,05 (Vinte e oito mil novecentos e vinte e oito reais e cinco centavos) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.004.

O processo encontra-se instruído com rol de documentos, suas fases de prosseguimento e seu respectivo encerramento. Os documentos analisados foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, no dia 24/02/2022, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem

- I. Manifestação da Contratada;
- II. Ofício nº 1189/2021-Secretaria de Governo;
- III. Memorando nº 233/2021;
- IV. Memorando nº 604/2021- CSA;
- V. Ofício nº 182/2021;
- VI. Aceite da Empresa;
- VII. Ofício nº 219/2021;
- VIII. Ofício nº 114/2022;
- IX. Cópia do Contrato nº 358/2018;
- X. Cópia do 1º TA 458/2018;
- XI. Cópia do 2º TA 184/2019;
- XII. Cópia do 3º TA 180/2020;
- XIII. Cópia do 4º TA nº 225/2021;
- XIV. Solicitação de Dotação Orçamentária;
- XV. Indicação Orçamentária;



- XVI. Minuta do 5º Termo de Aditivo;
- XVII. Solicitação de Parecer Jurídico;
- XVIII. Encaminhamento de Parecer Jurídico;
- XIX. Parecer Jurídico nº 153/2022-SEJUR/PMP;
- XX. Solicitação de Parecer Técnico do Controle Interno.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura do contrato administrativo deve-se verificar todos os documentos relativos à regularidade da empresa Contratada.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o parecer jurídico onde foram citados os requisitos legais que amparam a celebração do Termo Aditivo.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do processo de formalização do 5º TA referente a prorrogação por igual período e valor e reajuste de valor do Contrato nº 358/2018, cujo objeto é a contratação de serviços de transporte com motorista, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Governo, Tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 25 de fevereiro de 2022.


Jorge Williams de Araújo Silva Filho
Controladoria Geral do Município

Jorge Williams de A.S. Filho
Controladoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Paragominas